

**Para uma *Sociologia das Emergências*
de Universidades dos Movimentos Sociais**

Júlia Figueredo Benzaquen

2010

RESUMO

Através da *Sociologia das Emergências* é possível constatar a proliferação de universidades que surgem das demandas dos movimentos sociais. O presente trabalho tem como intuito apresentar a abordagem proposta pela *Sociologia das Emergências* e fazer uma discussão preliminar a respeito das vantagens e dos limites do seu uso para estudar as universidades dos movimentos sociais. Identifico dois desafios para a utilização dessa metodologia: o primeiro é a dificuldade em conceitualizar uma nova realidade; o segundo é o de lidar com realidades fluidas, plurais e experimentais. No sentido de ultrapassar o primeiro limite, percorri um caminho teórico na intenção de definir o que são as universidades dos movimentos sociais. Para enfrentar o segundo desafio, escolhi quatro diferentes iniciativas como campo da pesquisa a ser realizada no doutorado.

Palavras-chave: universidade; sociologia das emergências; metodologia

1. *Sociologia das Emergências*

A minha tese de doutorado tem como principal objetivo analisar se as universidades propostas pelos movimentos sociais são experiências descolonizadas e de emergência emancipadora. Pretendo ressaltar a multiplicidade de saberes contra a hegemonia do pensamento ocidental; dar visibilidade a práticas que não se enquadram na lógica do Estado-nação; e ampliar a idéia de movimentos sociais ao tratar criticamente este conceito. Dessa maneira, é através da análise dos saberes, das práticas e dos sujeitos dos casos que estudarei, que corroborarei ou refutarei a hipótese geral de pesquisa, que é a seguinte: as universidades propostas pelos movimentos sociais são experiências descolonizadas e de emergência emancipadora.

A tese pretende ser um trabalho sobre como o mundo pode se enriquecer através da ampliação de saberes, práticas e agentes. Para tal, utilizarei a teoria descolonial e a abordagem da *Sociologia das Emergências* (Santos, 2006) como perspectivas teórico-metodológicas que guiarão o estudo.

No presente artigo procuro aprofundar a reflexão sobre a *Sociologia das Emergências* apontando desafios e possibilidades de superação.

Existem diversas concepções de universidade propostas pelos movimentos sociais que não se enquadram na definição de universidade ocidental. Deparei com uma

diversidade e recente proliferação de experiências de educação popular na América Latina que adotam para si o nome de universidade (cataloguei mais de 30 experiências). Mais do que uma catalogação exaustiva dessas universidades, minha intenção central é analisar comparativamente algumas dessas experiências. Por serem iniciativas contemporâneas que se preocupam com a transformação social, é pertinente fazer uma *Sociologia das Emergências* dessas experiências.

Santos (2002) defende que o paradigma epistemológico emergente, ou uma teoria crítica eficaz, que designa por “conhecimento prudente para uma vida decente”, precisa identificar e valorizar o que o cânone moderno, com a sua *razão indolente*, marginalizou, suprimiu e subverteu.

A *razão indolente* possui uma maneira específica de conceber o tempo, que contrai o presente e expande o futuro. A contração do presente se caracteriza pela sua fugacidade; a expansão indefinida do futuro desloca todas as possibilidades de transformações e melhorias para longe do momento atual (Santos, 2006).

O objetivo da *Sociologia das Ausências e das Emergências* é expandir o presente e contrair o futuro. A *Sociologia das Ausências* faz uma arqueologia do presente, transformando ausências em presenças. A *Sociologia das Emergências* contrai o futuro ao tornar práticas que, em uma Sociologia guiada por uma *razão indolente*, seriam imagináveis apenas num futuro longínquo; no entanto, são vividas na atualidade, são possibilidades concretas. A *Sociologia das Emergências* substitui o vazio do futuro por um futuro de possibilidades plurais e concretas, utópicas e realistas, que se constroem no presente através das atividades de cuidado. A *Sociologia das Ausências* evidencia as alternativas disponíveis, já a *Sociologia das Emergências* as alternativas possíveis (*Ibidem*).

Dessa maneira, a pobreza de experiências concretas de crítica ao *status quo* não é expressão de carência de iniciativas, mas sim de uma arrogância da *razão indolente* que as desperdiça, que não as vê. A *Sociologia das Ausências* está intimamente ligada à *Sociologia das Emergências*, já que quanto mais experiências disponíveis no presente, mais experiências possíveis no futuro próximo. Contrair o futuro não significa uma posição conformista de que tudo será como é, mas exatamente o seu contrário, ou seja, é colocar o futuro de possibilidades e emancipações ao alcance das mãos.

Uma grande inspiração de Santos (2006) ao propor a *Sociologia das Emergências* é o conceito de *Ainda-não* de Ernst Bloch. O *Ainda-não* é o que existe como tendência. É, por um lado, capacidade (potência) e, por outro, possibilidade (potencialidade). Há

um horizonte limitado de possibilidades e por isso é importante não desperdiçar a oportunidade única de uma transformação específica que o presente oferece. Nesse sentido, cuidar do presente é imperativo porque existe a incerteza de que a esperança irá se concretizar.

"A sociologia das emergências consiste em proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes de modo a identificar reles as tendências de futuro (o Ainda-não) sobre as quais é possível actuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade de frustração. Tal ampliação simbólica é, no fundo, uma forma de imaginação sociológica e política que visa um duplo objectivo: por um lado, conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança; por outro, definir princípios de acção que promovam a realização dessas condições" (Santos, 2006: 118).

O caráter de experimentalidade das universidades que pretendo estudar pode implicar dificuldades metodológicas. Essas experiências se apresentam na realidade de maneira muito plural e fluida, então é difícil, se não impossível, defini-las com conceitos universais e abrangentes. A dificuldade de nomear o que uma *Sociologia das Emergências* estuda é patente. Os cientistas críticos precisam de uma nova linguagem que dê conta dos processos invisibilizados, sem depender da velha gramática das ciências sociais que reproduz e reforça a *razão indolente*.

Uma nova gramática também surge das ressignificações feitas. Quando os movimentos sociais nomeiam suas experiências formativas de "universidade", existe um uso estratégico do termo para subvertê-lo. Nesse sentido, é importante tentar definir o que se entende por universidade para ficar mais claro o caráter subversivo de muitas propostas de universidades dos movimentos sociais que tentam, justamente, negar muitas das características das universidades convencionais. É o que farei na seção em que discuto o conceito de universidade.

O segundo desafio que identifico na adoção da *Sociologia das Emergências* é o de estudar experiências fluidas e plurais. Muitas dessas universidades não se institucionalizaram, e o que pretendo analisar é o debate em volta desses espaços. São entidades que estão trilhando os seus caminhos ao caminhar. Muitas são bastante recentes e algumas desempenham suas atividades por apenas um curto período de tempo, deixando de existir logo depois.

Há uma diversidade de proponentes e de participantes das universidades dos movimentos sociais. Algumas são frutos de projetos de extensão universitária, ou são propostas de movimentos estudantis insatisfeitos com a universidade convencional, ou iniciativas que surgem dos movimentos e buscam apoio e legitimidade com parcerias com universidades convencionais ou com intelectuais provindos delas. Para além disso, há toda a discussão, que procurarei aprofundar na tese, sobre o que são

os movimentos sociais e como, através da *Sociologia das Emergências*, ampliar esse conceito incluindo sujeitos que foram invisibilizados e, dessa maneira, abranger experiências propostas por sujeitos que, em uma *razão indolente*, não são considerados como movimentos sociais.

Pretendo analisar o processo de consolidação e/ou fracasso dessas iniciativas, direcionando o olhar para as semelhanças e diferenças entre os saberes, práticas e agentes envolvidos. A escolha do campo de estudo parte da tentativa de superar a segunda dificuldade da *Sociologia das Emergências*, que é a de lidar com realidades plurais e fluidas. As quatro universidades dos movimentos sociais que observarei são bastante distintas entre si, sendo que uma é uma experiência que fracassou, duas vigentes, de aparente sucesso e reconhecidas, e outra em processo de construção. Aprofundo esta reflexão na terceira parte do texto.

2. Ultrapassando a dificuldade conceitual: o que são universidades dos movimentos sociais?

O que pretendo estudar são as universidades propostas pelos movimentos sociais. No entanto, para falar dessas universidades, senti a necessidade de percorrer os seguintes passos teóricos: 1) definição do que são as universidades convencionais; 2) constatação de um período de crise da universidade convencional (ou mais especificamente três crises - de hegemonia, de legitimidade e institucional); 3) análise de propostas de superação das crises, com um sentido emancipatório, no âmbito das universidades convencionais; 4) análise de propostas de superação das crises, desde fora da universidade convencional: as universidades dos movimentos sociais.

Para uma definição de universidade é interessante estar atenta à etimologia da palavra. Universidade remete à idéia de universalidade, de totalidade. Kant (2004), teórico importante da universidade moderna, afirma que a razão é o que garante a universalidade da universidade. Para Kant, a razão faz a ligação entre as várias disciplinas e tem a sua própria disciplina: a filosofia. A universidade pensada por Wilhelm von Humboldt (1959) se revela em dois princípios: 1) a ciência é um saber infinito e assim o sendo, a necessidade de investigação é permanente; 2) o Estado deve reger a universidade de maneira a garantir a autonomia universitária, para que a universidade autonomamente sirva ao Estado.

As universidades proclamavam ser o repositório das formas mais elevadas do conhecimento, cultivado zelosamente pelos iniciados. O conhecimento universitário

consistiria no acesso às verdades consideradas mais profundas e fundamentais. Assim, fazer parte de uma instituição onde a *Verdade* é codificada e transmitida significava prestígio, autoridade e, muitas vezes, poder e riqueza. Dessa maneira, o público a quem se destinava essa instituição tinha que ser restrito a uma elite. A universidade surge então como uma instituição impopular e elitista e manteve esse caráter por muitos anos.

O elitismo da universidade foi abalado por pressões e transformações a que foi sujeita esta instituição. Na Europa, os movimentos estudantis da década de 1960 foram um dos fatores que geraram uma crise na concepção moderna de universidade. No entanto, muito antes, já em 1918, na América Latina houve uma forte crítica ao elitismo da universidade, a partir de seus estudantes.

A Reforma Universitária de 1918 foi uma crítica a um modelo de universidade colonial - a um colonialismo mental, que ainda está presente nos dias de hoje. Nessa data, foi realizado um Congresso de estudantes universitários latino-americanos na cidade de Córdoba, na Argentina. A condição "latino-americana" era importante por ser um momento de libertação mental de um passado comum colonial e de uma necessidade de aglutinação para enfrentar políticas que prejudicariam, com um novo colonialismo, mais conhecido como imperialismo norte-americano, a América Latina como um todo (Flachs, 2006). Ao longo da história existiram, e ainda existem, movimentos como esse, que surgem no interior da universidade para contestá-la e modificá-la.

Santos (2005) explicita três crises da universidade que surgem da necessidade de modificar esta instituição. A primeira crise, a de hegemonia, acontece porque a universidade deixa de ser considerada como necessária, única e exclusiva na missão de produção e disseminação de saberes. Ao acontecer isso, a especificidade dos saberes universitários é colocada em cheque, visto que outras instituições os produzem e visto ainda que outros saberes também são importantes para a universidade.

Por passar por uma crise de hegemonia, a universidade deixa de ser a única instituição, legitimada pelo Estado, a produzir conhecimentos. O próprio Estado promove centros de investigação não universitários ou seleciona algumas universidades que considera como "instituições de excelência", para fazer pesquisa, enquanto outras se limitam ao ensino. As empresas também estão fazendo investigação. Os espaços de produção, inclusive, não estão interessados apenas no

conhecimento instrumental, mas também nos valores humanísticos que proporcionem um desempenho pluriprofissional (*Ibidem*).

É também a crise de hegemonia que faz surgir o fenômeno que pretendo estudar. A sociedade, e mais particularmente os movimentos sociais, investe na construção de espaços de produção de conhecimento, por a universidade convencional não responder aos seus anseios.

Com a massificação da universidade, diferentes públicos, que não somente a elite, passaram a fazer parte dessa instituição e a reivindicar outros conhecimentos. O tipo de conhecimento produzido tende a alterar-se com a alteração do grupo social a que se destina. É assim que se estabelece uma forte ligação entre a crise de hegemonia com a segunda crise discutida por Santos (2005), a crise de legitimidade. A universidade não consegue fazer tudo que dela se espera, existindo uma tensão entre hierarquização (para manter os “saberes universitários” restritos a uma elite) e democratização (para ser realmente universal e atender a sociedade). Nesse contexto, está em causa o acesso à universidade, a questão de a quem a universidade serve.

A terceira crise, a institucional, é a que monopoliza as atenções e os propósitos reformistas. A universidade convencional deixa de poder garantir os pressupostos que asseguram a sua reprodução. O primeiro fator dessa crise é o corte de investimentos por parte do Estado e o segundo é a imposição de uma lógica de eficiência e produtividade que não se adequam à lógica universitária. Isto gera: a proliferação de universidades privadas, os investimentos estatais seletivos (hierarquia interna das ciências), o discurso produtivista de uma universidade ineficiente (porque reduz-se o financiamento mas não se restringem as funções da universidade) e a busca, por meios alternativos, de financiamento através de um discurso de autonomia e responsabilidade social (*Ibidem*).

Dentre as propostas de superação das crises que surgem a partir das universidades convencionais, nas universidades brasileiras estão acontecendo interessantes diálogos entre universidades e os movimentos sociais. Um exemplo disso é o curso “Pedagogia da Terra” que é formulado e executado em parceria com Universidades Públicas e o Movimento Rural dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Para além de iniciativas como esta, que envolvem pesquisa, ensino e extensão, Santos (2004) sugere a adoção da *ecologia dos saberes* pelas universidades como forma da sociedade legitimar essa instituição. A *ecologia dos saberes* envolve não só questões epistemológicas, mas também econômicas, sociais e políticas de conjugação da diversidade.

Para além dessas mudanças epistemológicas e metodológicas, é preciso que a educação seja considerada um direito e um bem público. É preciso “que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço” (Chauí, 2003: 11). Tanto Chauí (2003) como Santos (2004) fazem uma lista de atividades e prioridades a serem assumidas pela universidade para “uma reforma democrática e emancipatória” desta instituição, no sentido de superar as três crises a partir de dentro da universidade.

Outra forma de superar as crises é pensar em espaços alternativos de produção e difusão de conhecimento. A universidade ainda é um espaço convencional de produção de saber, que normalmente serve ao poder hegemônico. Por isso, urge fomentar outros espaços que possibilitem novos processos de produção de saberes contextualizados, situados e úteis, ao serviço de práticas transformadoras. Existem várias experiências que se autodenominam como universidade, mas que pretendem ser uma contra-universidade, no sentido de adotarem práticas descoloniais. No entanto, as outras universidades não pretendem esvaziar o papel transformador das universidades convencionais, mas fortalecê-lo. As universidades convencionais têm muito que contribuir com as não convencionais e contra-hegemônicas, assim como o recíproco também é verdadeiro.

Ao definir uma realidade como universidade, a idéia que vem a cabeça é a instituição moderna. Nesse sentido, ao propor um estudo sobre as universidades dos movimentos sociais, é preciso fazer o resgate do conceito de universidade, bem como do conceito de movimentos sociais, o que procuro fazer em outros textos. A *Sociologia das Emergências* funciona melhor como uma teoria de retaguarda, ou seja, depois de observar a realidade é que se torna possível conceituá-la de maneira mais adequada. Dessa forma, “universidades dos movimentos sociais” é um conceito que me ajuda a delimitar a realidade que observarei, mas que, depois da pesquisa feita, poderá ser alterado de acordo com o que vier a encontrar. Assim, só poderei definir com clareza e de maneira mais independente com relação a uma gramática colonial o que é uma universidade dos movimentos sociais, depois de realizar a pesquisa de campo. Por enquanto, cabe explicitar os meus campos de estudo para, através de exemplos concretos, tentar dar conta da pluralidade e fluidez das diversas iniciativas que podem se enquadrar nesse conceito.

3. Ultrapassando a dificuldade causada pela pluralidade e fluidez das experiências concretas de universidades dos movimentos sociais

A proposta de pesquisa vai se concretizar através de quatro estudos de caso. Stake (1995) faz a diferença entre estudo de caso intrínseco e instrumental. O primeiro acontece quando há o interesse de conhecer melhor um caso específico. Já no estudo de caso instrumental, um caso particular é examinado para promover mais informações a respeito de um tema, ou para refinar uma teoria, pelo que o caso tem um papel de suporte, de facilitador da compreensão de outra coisa. O conjunto dos quatro casos a estudar enquadram-se na definição de casos instrumentais, ajudando a compreender as universidades dos movimentos sociais.

A escolha dos casos se justifica por serem iniciativas que buscam combater a colonialidade na América Latina: a Escola de Formação de Educadores(as) Sociais tem a proposta de fomentar uma rede de economia solidária, ou seja, pretende resolver um dos efeitos da colonialidade: a falta de emprego e renda; a Escola Nacional Florestan Fernandes está intimamente ligada às lutas contra a concentração fundiária; já a Universidade da Terra, para além da questão da terra, tem como forte marca a luta pelo reconhecimento étnico, por ter uma forte vertente indígena; por fim, a Universidade Popular dos Movimentos Sociais busca a articulação, a nível global, de sujeitos contra-hegemônicos.

Escolhi quatro experiências de universidades dos movimentos sociais, em distintos estágios de desenvolvimento, para fazer a pesquisa de campo: uma experiência fragilizada; duas vigentes, de aparente sucesso e reconhecidas; e uma em processo de construção. O que caracterizo, neste momento inicial de pesquisa, como um caso de sucesso é aquele em que suas atividades estão em pleno funcionamento e que é reconhecido e legitimado pela sociedade.

A Escola de Formação de Educadores(as) Sociais no Recife parece ser um caso interessante a estudar já que foi uma experiência que vivi intensamente. Por isso é a partir do estudo crítico dessa vivência que poderei trazer elementos analíticos para a observação dos demais casos. Durante quase três anos me engajei profissionalmente e politicamente na construção da Escola de Formação de Educadores(as) Sociais no Recife. A Escola tem três objetivos principais que se inter-relacionam, são eles: a qualificação dos educandos, a formação profissional e a criação de redes de solidariedade popular com base nos princípios da economia solidária. Tal experiência, hoje bastante fragilizada, é resultado de um projeto de parceria entre

italianos,¹ onde a principal entidade é IPSIA,² e brasileiros - sendo a instituição central a Associação dos Trapeiros de Emaús Recife.³ A proposta da Escola é a de realizar, através de seus educandos, práticas e intervenções concretas na realidade local.

A escolha da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no estado de São Paulo, é feita por despontar como uma experiência reconhecida, legitimada e estável na América Latina. É uma experiência recente, remonta a 2005, mas por pertencer a um movimento social de longa data e reconhecido, herda a sua legitimidade.

O MST é o movimento social brasileiro que mais vem se destacando a nível nacional e internacional desde a década de 1980. Os motivos da existência do MST remontam à história colonial de concentração fundiária que se perpetuou desde que os colonizadores fatiaram o território brasileiro de acordo com suas conveniências e desconsiderando as populações locais. O MST entende que seu papel como movimento social é organizar os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças.

Ao longo de sua história, o MST vem se preocupando com a educação dos seus militantes. Segundo o site do Movimento (www.mst.org.br), o MST tem procurado garantir o ensino fundamental para milhares de crianças, jovens e adultos do campo, em mais de 1.200 escolas primárias, públicas, e em dezenas de escolas de segundo grau, instaladas nos assentamentos. O Movimento organiza esses espaços educativos através de uma metodologia própria que se adequa à sua realidade.

O MST passa a ter uma relação mais estreita com as universidades convencionais, com o objetivo de criar cursos de nível superior, inicialmente na área de pedagogia, tendo como referência a proposta pedagógica elaborada em suas escolas de acampamento e assentamento. Sendo assim, a partir do final da década de 1990, vão se abrindo várias possibilidades de cursos em parceria com as universidades, respeitando sempre o conhecimento metodológico produzido pelo MST (www.mst.org.br).

¹ O projeto inicial foi co-financiado pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália.

² Organização não-governamental italiana: *Istituto Pace Sviluppo Innovazione ACLI*, ou seja "Instituto Paz Desenvolvimento Inovação ACLI" onde ACLI significa *Associazioni Cristiane Lavoratori Italiani* - Associações Cristãs de Trabalhadores Italianos.

³ Instituição que faz parte do Movimento Emaús Internacional, engajado há mais de 50 anos na luta por justiça social no mundo. Também são parceiros desde o princípio do projeto outras instituições não-governamentais como o CTC (Centro de Trabalho e Cultura) e o IFIL de Curitiba (Instituto de Filosofia da Libertação). O projeto conta ainda com o apoio da Prefeitura da Cidade do Recife e da Universidade Federal de Pernambuco. É importante dizer que as associações, instituições e movimentos dos educandos que fazem parte dos cursos da Escola foram parcerias chave.

O MST concluiu pela necessidade de uma Escola Nacional para os militantes dos movimentos populares, projeto que culminou na inauguração, em janeiro de 2005, da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), no município de Guararema, no Estado de São Paulo. Segundo Leher (2009), a ENFF é a iniciativa de maior envergadura edificada por um Movimento para viabilizar a sua autoformação. O autor afirmou que “a Escola Florestan Fernandes do MST pode ser o embrião da primeira universidade popular do país”. Pelo vigor dos debates que a ENFF vem provocando, justifica-se o estudo dessa universidade.

Pretendo comparar a experiência da ENFF com a da Universidade da Terra (Unitierra), no México. Ambas têm como questão central a discussão sobre a Terra. A Unitierra parece trazer uma concepção diferenciada de Terra por ter uma cosmovisão indígena muito presente, que considera a Terra como uma entidade (*Pachamama*) e não como um recurso. A Unitierra é uma comunidade de aprendizagem, estudos, reflexões e ações articuladas com comunidades indígenas, lutas anti-capitalistas e movimentos populares.

Existem dois locais de atividade da Unitierra, cada um com suas características próprias: um em San Cristóbal de Las Casas, em Chiapas, e outro na cidade de Oaxaca. Em Oaxaca, há uma proposta declarada de subverter a idéia de universidade, inspirada nas teorias de Ivan Illich. Para “desescolarizar a sociedade” ao invés de não ir para as escolas, devem criar-se escolas próprias, inclusive com entrega de diplomas.

Na Unitierra Chiapas, um dos meus estudos de caso, o conhecimento se produz coletivamente com o “Sistema Indígena Intercultural de Educação não-formal”, que é integral, aberto e flexível. Um sistema cujo centro são as práticas e conhecimentos dos povos indígenas; um sistema baseado na democracia radical onde o conhecimento se produz “desde abajo con las fuerzas de la sociedad, dando pasos pequeñitos, para recuperar la capacidad de autodeterminación expropiada por esa hipóstasis que es el Estado” (Sánchez Barraza, 2005).

Será interessante, ainda, adotar a Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) como o quarto campo de pesquisa, por ser uma iniciativa que está em gestação e que muito poderá beneficiar da análise feita aos restantes três casos. Por outro lado, acompanhar de perto essa gestação também poderá contribuir para melhor entender os outros casos.

A proposta da UPMS surgiu no Fórum Social Mundial de 2003 pela voz de Boaventura de Sousa Santos e, desde então, algumas instituições estão nela se engajando. Até ao

presente, aconteceram quatro oficinas: em Lima, no Peru; em Córdoba, na Argentina; em Medellín, na Colômbia e em Belo Horizonte, no Brasil. A proposta da UPMS surge da necessidade de “aumentar o conhecimento recíproco entre os movimentos e organizações e tornar possível coligações entre eles e ações coletivas” (Santos, 2006: 168).

Cada caso, devido às suas peculiaridades, exige instrumentos de análise específicos. Para estudar a Escola de Formação de Educadores(as) Sociais, a ênfase será colocada na análise documental dos relatos de momentos formativos representativos. Isso porque, no momento, as atividades da Escola estão bastante reduzidas. Será bastante enriquecedor para o trabalho realizar entrevistas às pessoas que estiveram envolvidas com a Escola desde seu início, bem como a alguns dos seus atuais membros. Para a ENFF e para a Unitierra, os momentos de observação serão fundamentais. Pretendo passar dois meses acompanhando cada uma das duas experiências, observando as suas atividades, entrevistando seus participantes e recolhendo documentos.

A UPMS será analisada a partir de relatos de sessões realizadas e de reuniões para discussão da proposta; de entrevistas a realizar a alguns proponentes da UPMS; e de entrevistas com alguns futuros possíveis interessados em participar dessa iniciativa.

Dessa maneira, os quatro casos escolhidos serão complementares e fundamentais para realizar uma *Sociologia das Emergências* das universidades propostas pelos movimentos sociais. Não será um estudo exaustivo e generalista a respeito de como se caracteriza um “tipo-ideal” de universidade dos movimentos sociais, mas considera-se que a diversidade dos campos escolhidos poderá permitir uma reflexão a respeito de quais são os saberes, as práticas e os sujeitos envolvidos e mobilizados nessas alternativas. Espero, como este trabalho, contribuir para a consolidação e sucesso das universidades dos movimentos sociais estudadas, com uma análise que seja original e útil não só para a academia, mas também para os sujeitos-pesquisados.

Referências Bibliográficas

Chauí, Marilena (2003), “A universidade pública sob nova perspectiva”, *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, 24, 5-15.

Del Mazo, Gabriel (Comp.) (1957), *La reforma universitaria*. La Plata: Facultad de Derecho.

- Escobar, Arturo (2003), "Actores, Redes e Novos Produtores de Conhecimento: os Movimentos Sociais e a Transição Paradigmática nas Ciências", in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: 'Um Discurso Sobre as Ciências' Revisitado*. Porto: Afrontamento, 605-630.
- Flachs, Vera de C. (2006), "Un precedente de la reforma del 18: el I Congreso Internacional de Estudiantes Americanos. Montevideo 1908", in *Movimientos Estudiantiles en América y Europa, Tomo II*. Córdoba: Junta Provincial de Historia de Córdoba.
- Humboldt, Wilhelm von (1959), "*Sobre la organización interna y externa de los establecimientos científicos superiores en Berlín*" (escrito em 1810), in AAVV *La idea de la universidad en Alemania*. Buenos Aires: Sudamericana.
- Kant, Immanuel (2004), *El conflicto entre las facultades*. Buenos Aires: Alianza.
- Leher, Roberto (2009), "Escola Nacional Florestan Fernandes: um grande acontecimento para a educação e para as lutas sociais no Brasil", <http://www.rls.org.br/publique/media/Leher_EscolaFlorestan.pdf>, acessado em março de 2009.
- Sánchez Barraza, Raymundo (2005), "Una Universidad Sin Zapatos". Entrevista publicada em *In Motion Magazine*, 18 de diciembre, <http://www.inmotionmagazine.com/global/rsb_int_esp.html>, acessado em abril de 2009.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2004), *A universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura de Sousa (2005), *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 187-233 e 256-280 [10ª ed.].
- Santos, Boaventura de Sousa (2006), *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.
- Souza, João Francisco de (2007), "Educação popular e movimentos sociais no Brasil", in Rui Canário (org.), *Educação Popular e Movimentos Sociais*. Simpósio Luso-Brasileiro.
- Stake, Robert E. (1995), *The Art of Case Study Research*. New York: Sage.

Nota biográfica

Júlia Figueiredo Benzaquen é Doutoranda no Programa de Pós-colonialismos e cidadania global do Centro de Estudos Sociais e da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Bolsista de Doutorado Pleno no Exterior pela Coordenação de Aperfeiçoamento para o Pessoal de Nível Superior (CAPES) do governo brasileiro. Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Brasil, onde também fez a graduação em Ciências Sociais. Foi professora substituta no Centro de Educação da UFPE.

Contacto: juliafb82@yahoo.com.br